



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE NOVA ANDRADINA

CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

BIANCA REGINA BARBOSA LUCAS

**A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA
EDUCAÇÃO**

Nova Andradina / MS 2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE NOVA ANDRADINA

CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

BIANCA REGINA BARBOSA LUCAS

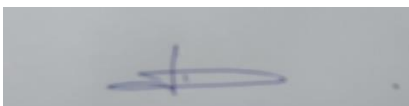
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Matemática- licenciatura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade Universitária de Nova Andradina, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Matemática, sob a orientação do Professora Sandra Albano da Silva.

Nova Andradina / MS 2020

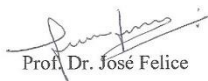
A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção da referida graduação sob a orientação da Prof. Sandra Albano da Silva.

Banca Examinadora

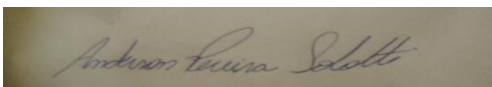


Professora Mestre Sandra Albano da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul



Prof. Dr. José Felice

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul



Prof. Me. Anderson Pereira Tolotti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso- TCC se construiu na temática da Educação Especial e na importância de práticas pedagógicas inclusivas na realidade escolar. O objetivo deste trabalho é discutir as proposições teóricas e as legislações vigentes articulando-as ao ensino. As estratégias pedagógicas diversificadas podem incluir os alunos com deficiência e proporcionar o protagonismo dos mesmos, onde o docente precisa olhar para as competências de sua turma, e não apenas para suas limitações. Considerando os princípios da relação entre ensino e aprendizagem e, da própria concepção de processo de conhecimento para a educação de alunos com deficiência. A ênfase deste estudo é no acesso dos alunos com deficiência à cultura acumulada historicamente e das implicações que práticas inovadoras e inclusivas definem o processo de conhecimento e as relações entre professor/aluno, alunos/alunos e ambos com os saberes no contexto escolar.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, matemática, educação e inclusão.

Abstrat

This Course Conclusion Paper - TCC was built on the theme of Special Education and the importance of inclusive pedagogical practices in the school reality. The objective of this work is to discuss the theoretical propositions and the current legislation articulating them to teaching. Diversified pedagogical strategies can include students with disabilities and provide their protagonism, where the teacher needs to look at the skills of his class, and not just their limitations. Considering the principles of the relationship between teaching and learning and the very conception of the knowledge process for the education of students with disabilities. The emphasis of this study is on the access of students with disabilities to the historically accumulated culture and the implications that innovative and inclusive practices define the knowledge process and the relationship between teacher / student, students / students and both with knowledge in the school context.

Keywords: Pedagogical practices, mathematics, education and inclusion.

Sumário

Introdução	7
CAPÍTULO I	9
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
1.2. A educação inclusiva	15
CAPÍTULO II-	18
2.1. ADAPTAÇÕES CURRICULARES E O TRABALHO DOCENTE.....	19
2.2- Adaptações de acesso ao currículo	23
2.3- Adaptações curriculares não significativas.....	24
2.4- Adaptações curriculares significativas.....	25
CAPÍTULO 3	26
3.1- O professor e as adptações para um ensino aprendizagem significativo	26
3.2 - O ensino da matemática e a inclusão	28
Considerações Finais	34
Referências	36

Introdução

O interesse pelo tema sobre a importância de um olhar inclusivo dentro do ensino regular, que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de conceitos e consciências que as pessoas levarão registradas ao longo de suas vidas.

Durante os estudos realizados sobre a rede regular de ensino observei que, em muitos casos, o ensino de matemática se apresenta distante do previsto nos documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e BNCC. O ensino de matemática ainda acontece de forma mecânica, memorizada, por meio de transmissão de conhecimentos pautados em poucos materiais e nos livros didáticos, distanciando a teoria da prática.

Estas questões impulsionaram o desenvolvimento desse Tcc que pretende discutir a inclusão na rede regular de ensino de alunos com necessidades educacionais especiais partindo da concepção de que as práticas pedagógicas diversificadas que incluam os alunos no contexto educacional, são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem desses indivíduos e dos demais alunos.

Dessa forma, este estudo é de cunho bibliográfico e documental e teve como objetivo geral conhecer as bases teóricas e as legislações que dão aporte para a inclusão escolar, bem como, e em específico objetivou discutir o papel relevante do docente nesse processo, inclusive, com um adendo ao professor de matemática.

Vimos em sua elaboração, que o educador não é simplesmente aquele que transmite um tipo de saber para os alunos, mas aquele que deve estudar, criar metodologias ativas e um ensino com mais significado por meio de relações e interações de qualidade. Tudo que acontece no ambiente escolar é de suma importância e educar é um processo onde o professor é responsável por formar a identidade do aluno- cultural, psíquica e social, proporcionando que ele seja ativo no processo de ensino aprendizagem, com uma didática em que atenda as especificidades e as dificuldades dos mesmos.

Educar é uma relação de cooperação, respeito e crescimento pessoal, onde todos aprendem em interações cotidianas e que garantem o acesso à vida cidadã. É exercer influência sobre o desenvolvimento do aluno, preparando-o para a vida em um contexto social, cultural e econômico diversificado por meio de sua ação-relação pedagógica. Não é apenas desenvolver intelectualmente, mas afetivamente, como emoção vivida, tornando-a parte da forma de sere estar no mundo de cada sujeito.

Nesse contexto, o professor tem que pensar em aulas desafiadoras, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares nas diversas situações e possibilidades que as aulas apresentam. O modo como o ensino se dá no processo de construção de conhecimento nos diferentes níveis de ensino exige uma reflexão sobre os conteúdos ensinados e sobre as estratégias utilizadas na sala de aula, visando sempre a participação ativa do educando durante esse processo.

A relação professor/aluno deve ser estabelecida diante de vínculos de confiança e afetividade, onde o estudante seja considerado sujeito ativo processo, capaz de refletir criticamente sobre temáticas e discussões, relacionando-as com problemas vivenciados e frutos da própria atuação do homem no mundo.

A inclusão não é um favor ou um acaso, é uma realidade que requer preparo e adaptações dos sistemas, das escolas e dos professores à tal contexto.

CAPITULO I

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As pessoas com necessidades especiais têm um passado árduo, eram tidas como castigos do demônio para os pais, onde a explicação é que supostamente haviam cometido algo contra a religião, outros eram segregados em casas afastadas para que a sociedade não os visse, as casas eram chamadas como manicômios onde não se separava as patologias. Neste local estavam os surdos, os cegos, os autistas, os deficientes físicos, os deficientes mentais.

Na antiga Grécia as crianças com deficiência eram abandonadas em montanhas afastadas da cidade, bem como na Europa eram tidos como possuídos pelo demônio então eram mortos e em Roma eram jogados no rio.

Nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiências. A Educação Especial passa, neste final de século XX e início de XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. (STOBAUS; MOSQUERA, p. 21, 2006).

As pessoas com deficiência já passaram por muitas lutas e ainda estão vivenciando situações que precisam ser revistas e analisadas para melhor acesso e inclusão das pessoas com deficiência tanto na escola, no trabalho e na sociedade, temos grandes avanços que é desde o sacrifício desses sujeitos a inserção na escola, no ensino regular, neste momento temos que nos atentar de como está acontecendo a inclusão destas crianças no ensino regular, se realmente estão inclusos ou segregados. Comumente o deficiente era visto como doente, enquadrando-se no modelo médico da deficiência onde “a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada etc. A fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações.” (SASSAKI, 1997, p. 29).

É um processo pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade busca, em parceria, equacionar problemas, decidir soluções e efetivar equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 41).

A partir do século XVI as deficiências passam a serem entendidas não como questões espirituais e sim objeto da medicina. No século XX, começa a educação escolar para o deficiente mental leve e moderado.

No Brasil, até a segunda metade do século XX, quando se inicia o processo de democratização da escola, as crianças de classes populares quase não tinham acesso à educação e os deficientes, durante muito tempo, foram excluídos da escola regular, mesmo em 1994 com a Política Nacional de Educação Especial está em seu texto deixa lacunas que exclui grande parte dos alunos com deficiência da rede regular de ensino, levando-os a matricularem na Educação Especial.

Em 1961, no Brasil com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, de acordo com o artigo 89, mostra o descompromisso do governo em relação à Educação Especial quando aborda que “Toda iniciativa considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.” Isso significa que a responsabilidade da educação das pessoas com necessidades especiais (NEE) ficou para as Organizações Não Governamentais, e o governo ajudava com uma bolsa de estudos, também foi criada as classes especiais dentro das escolas que também era uma forma de segregação, pois, os alunos não estavam inseridos na sala de aula e sim separados dos demais alunos.

Criam-se também nas escolas as *classes especiais*, fase de categorização e classificação de deficientes mentais, resultado da aplicação da escala métrica de inteligência, o teste de QI, criada por Binet e Simon (em 1905). Embora tenha sido em 1973 que criou-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), ligado ao Ministério da Educação e Cultura, que introduziu a Educação Especial no planejamento das políticas públicas. Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de para tratar da educação de alunos com deficiência. (MIRANDOLA, 2010, p.14)

Já a Organização das Nações Unidas (ONU), na “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências”, de 09 de dezembro de 1975, ressalta que:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma

deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ONU, 1975, p.01)

Lima (2001) também afirma que é preciso definir a deficiência e suas respectivas formas de manifestações:

Define-se como deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. A deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. Incapacidade é uma redução efetiva e acentuada a capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos adaptados, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (LIMA, 2001, p. 40-41).

Assim, de acordo com Lima *apud* Mendes (2011, p. 12), as deficiências são caracterizadas da seguinte forma:

DEFICIÊNCIA FÍSICA - é uma alteração parcial ou completa de um ou mais segmentos do corpo humano, comprometendo a função física, exceto as deformidades que não dificultam o desempenho de atividades e as deformidades estéticas.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA - lesão total ou parcial das possibilidades auditivas sonoras, alterando graus e níveis como: 25 a 40 db- surdez leve, 41 a 55 db- surdez moderada, 56 a 70 db – surdez acentuada, 71 a 90 db - surdez severa, acima de 91 db-surdez profunda.

DEFICIÊNCIA VISUAL - intensidade visual igual ou menor que 20/200 no menor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - funcionamento cerebral significativo inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e barreiras associadas a duas ou mais áreas de habilidades ajustadas.

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA - é aquela na qual se tem a agregação de duas ou mais deficiências.

Aconteceram várias mudanças até a década de 70, porém ainda não havia se pensado em um currículo que atendesse as crianças com deficiências, então foram elaboradas Políticas Públicas, porém os alunos com deficiência ainda não estavam inclusos no âmbito escolar.

No início da década de 80, no Brasil a filosofia da Integração e Normalização, começou a consolidar quando começou a criar ambientes parecidos com aqueles vivenciados pela população geral dentro das instituições nas quais as pessoas com deficiências são atendidas.

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e trabalho, e a vida cultural social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas (SASSAKI, 1997, p.39)

No artigo 208 inciso III da Constituição Federal de 1988 diz que: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”, a partir de esse momento o olhar para as pessoas com necessidades especiais começa a ter um olhar de inclusão, para que eles façam parte da escola, e sejam atendidos respeitando suas limitações, começa a conscientização da sociedade para com esse público.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, (LDB) afirma que as escolas devem adequar os currículos para os alunos com deficiência, elaborar metodologias que atendam os alunos que os façam produzir e participar das aulas, fala também da necessidade de se adquirir e produzir recursos didáticos para facilitar e proporcionar caminhos para uma aprendizagem significativa para os alunos inclusos. Outro fator muito importante que a legislação traz é o serviço de apoio que deve ser oferecido para o aluno com deficiência, promovido com professores formados e especializados na área da Educação Especial, também em seu contexto aborda que os alunos precisam de terminalidade específica em em seu contexto aborda que os alunos precisam de terminalidade específica e aceleração para concluir em menor tempo estão assegurados na lei.

De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar (FERREIRA & FERREIRA, 2004, p.33).

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), buscam a educação para todas as crianças na idade certa. Na Constituição Federal de 1988, ela trata que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos

portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O termo “portadores” não é utilizado mais, pois, não é portador e sim pessoa com deficiência.

Nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiências. A Educação Especial passa, neste final de século XX e início de XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. (STOBAUS; MOSQUERA, p. 21, 2006).

Em 1990 a Declaração Mundial de Educação para Todos consta que é preciso encontrar medidas que garantam igualdade de acesso as crianças com deficiência, conforme o artigo 23, “Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade.” (CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, 1990, p.16).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi aprovada satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, o texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais e aborda a universalização do acesso à educação e promove a equidade nos Artigos 4 e 5:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias, urbanos e das zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2009)

Em 1994 com a Declaração de Salamanca, é realizado grande marco da Educação Especial, o documento visa a inclusão social, ampliando o conceito de necessidades educacionais especiais, vem com a intenção de inclui todos os alunos, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, as crianças devem aprender juntas, fala sobre a importância do apoio extra para as crianças terem uma educação efetiva, onde proclama:

Cada criança tem direito fundamental à educação e dever ter a oportunidade de conseguir e manter o nível aceitável de aprendizagem;

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; Os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; As escolas regulares, seguindo esta recomendação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo uma educação para todos: além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo sistema educativo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

A Declaração de Salamanca traz como foco que “as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular”. O avanço da Educação Especial é de grande importância para promover uma educação igualitária e de qualidade para todos os alunos não importa suas limitações. A escola deve promover uma aprendizagem significativa á todos os alunos que participam do processo de ensino, através das relações estabelecidas no meio como professor/aluno e aluno/aluno, valorizando cada estudante dentro das suas especificidades, promovendo meios que ele se sinta parte integrante no contexto da escola.

A Declaração de Salamanca afirma que a inclusão de deficientes nas escolas regulares é a forma mais eficaz de combater a discriminação e o preconceito, bem como de proporcionar uma educação de qualidade à maioria das crianças.

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p. 31).

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, aborda que a formação de professores que trabalham com a Educação Inclusiva deve se incluir os conhecimentos sobre as crianças, as especificidades dos alunos com necessidades especiais, ou seja, tem que saber a deficiência do aluno, as características, os possíveis métodos, para melhor poder atender esse aluno.

Até os dias de hoje vemos resistência de escolas e profissionais que não querem receber os alunos com Necessidades Especiais, muitas vezes por medo e por falta de preparo para receber esses alunos, não sabendo como trabalhar com os mesmos, a falta de materiais e infraestruturas nas escolas também acabam por dificultar esse atendimento. Nota-se um grande despreparo dos professores diante dos alunos inclusos falta de preparo e recursos didáticos que atendam a demanda nas escolas regulares dos alunos com deficiência. De acordo com Bridi:

O campo da educação especial, historicamente, temos acompanhado sucessivas mudanças paradigmáticas, normativas e conceituais que implicam, ou deveriam implicar, em mudanças nas práticas sociais e educacionais envolvendo os sujeitos da educação especial. (BRIDI, 2011, pág. 2).

A escola deve trabalhar com diversidade entre os alunos, cada um tem um ritmo, tem suas limitações e o professor tem que ter um olhar diferenciado para cada aluno promovendo situações em que eles participem das práticas realizadas em sala de aula, socializando com seus amigos, compartilhando momentos em que se sintam parte do desenvolvimento da sala.

A inserção da Educação Especial nas escolas regulares tem que ter um olhar onde procura-se incluir o aluno com NEE e buscar uma aprendizagem significativa que procure valorizar o aluno dentro de suas limitações, com aulas e recursos diferenciados para atender essa demanda de alunos.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p.52).

Para que realmente aconteça a inclusão na escola é necessário professores capacitados, professores de apoio, e é fundamental o Atendimento Especializado o AEE que é oferecido em contra turno no período de aula do aluno, a equipe multidisciplinar composta por psicopedagoga, fonoaudióloga e psicóloga no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência promovendo um desenvolvimento de uma aprendizagem significativa nos mesmos.

1.2. A educação inclusiva

A inclusão escolar significa tornar crianças, adolescentes e adultos com deficiência ou com necessidades especiais sujeitos ativos socialmente e participantes da vida econômica e política, tendo seus direitos respeitados e assegurados pelo Estado e pela Sociedade.

Dessa forma, visando reforçar a obrigação do país em prover a educação para todos, em dezembro de 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 que em seu capítulo V, trata especificamente da Educação Especial no artigo 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Portanto, a inclusão escolar está relacionada ao direito do deficiente ser tratado de forma digna e de estar frequentando a escola numa sala regular; sendo oferecidos para ele todos os recursos para que possa aprender e não apenas estar frequentando a escola, ou seja, não ser trabalhado em suas necessidades e de forma específica, pois isso não é inclusão, mas sim integração.

Na escola, todos são responsáveis pelo aluno deficiente, pois segundo Carvalho:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes à minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados [...] No contexto destas Linhas de Ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (CARVALHO, 2007, p.56).

Sendo assim, o grande desafio com relação à inclusão escolar está em encontrar soluções, isto é, propostas de estratégias que promovam as mudanças fundamentais nas práticas pedagógicas para que assim seja possível atender a todos os alunos.

Isso significa que não basta haver legislações que garantem o acesso do deficiente à escola regular, mas sim que é preciso garantir que todos, deficiente ou não, tenham uma educação de qualidade que possibilite o desenvolvimento pleno de todos, pois segundo Mantoan (2006, p. 16): “fazer valer o direito à

educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras”.

A autora ainda complementa mais adiante:

A igualdade de oportunidades é perversa, quando garante o acesso, por exemplo, à escola comum de pessoas com alguma deficiência de nascimento ou de pessoas que não têm a mesma possibilidade das demais, por problemas alheios aos seus esforços, de passar pelo processo educacional em toda a sua extensão. Mas não lhes assegura a permanência e o prosseguimento da escolaridade e todos os níveis de ensino. Mais um motivo para se firmar a necessidade de romper com o modelo educacional elitista de nossas escolas e de reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. (MANTOAN, 2006, p. 20).

Enfim, os documentos legais, apesar de embasarem as diretrizes educacionais, não conseguem transformar a prática pedagógica. Para tanto, é necessário que se tenha o comprometimento de toda a comunidade escolar (professores, supervisores, gestores, responsáveis pelos alunos).

A Educação Inclusiva vem para resgatar os alunos inseridos no processo de ensino, independente de suas diferenças ou limitações físicas, intelectuais, emocionais ou psicológicas, de maneira que o aluno se sinta parte do âmbito escolar. Mirandola (2010) aborda que pensar uma escola capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças é um desafio a ser superado pela sociedade brasileira. Para que a Inclusão aconteça é preciso de um novo olhar escola, da família e da sociedade, reconstruir conceitos, sentimentos e valorizar cada um em sua essência.

As escolas integradoras constituem um meio favorável à construção da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito, requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não só é uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2004, p. 14).

A educação inclusiva nas escolas deve se pautar na qualificação dos professores, um preparo com formação continuada que trabalhe essas questões voltadas para os alunos com deficiência, metodologias diversificadas, recursos adaptados, currículos flexíveis e planejamento diferenciado atendendo todos os alunos, onde todos estejam juntos nesta perspectiva inclusiva escola.

A transformação social começa com os conceitos de respeito a diversidade sendo integrada na rede regular de ensino com o objetivo de formar cidadãos conscientes e participativos. As escolas devem reconhecer as necessidades dos alunos , proporcionando uma educação de qualidade.

De todo modo, implica novas práticas docentes, em uma reconstrução da escola, todos da Educação, da sociedade devem olhar para a inclusão não apenas como um direito, mas também como um benefício, onde possamos valorizar a diferença de uma maneira que nos tornem iguais dentro de nossas diversidade

CAPÍTULO II-

2.1. ADAPTAÇÕES CURRICULARES E O TRABALHO DOCENTE.

Na sala de aula inclusiva, o professor atua como mediador do processo de aprendizagem e os conteúdos escolares são considerados objetos da aprendizagem. O seu trabalho é propor atividades para acessar os conteúdos e atingir os objetivos propostos, fazer intervenções quando o aluno não consegue realizar alguma atividade de forma autônoma, auxiliando-o a se sentir capaz de realizá-la.

O trabalho docente requer metodologias e estratégias de ensino e de apoio para que assim os alunos se desenvolvam adequadamente e no contexto atual de educação inclusiva o professor deve levar em conta os diferentes ritmos, estilos e interesses de aprendizagem de cada aluno.

Os procedimentos de ensino têm como foco a construção coletiva e são organizados com base nas necessidades dos alunos. Isso quer dizer que todos os alunos são diferentes e em algum momento mesmo os que não são deficientes podem precisar de apoio e de recursos diferenciados para aprender e por causa disso a avaliação da aprendizagem deve estar de acordo com as atividades, os recursos utilizados e com os objetivos, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem foi redimensionado.

Por isso, o ideal é a avaliação contínua, realizada durante todas as atividades, uma vez que ela fornece dados mais pontuais sobre o desempenho e sobre as necessidades dos alunos. Essa forma de avaliação possibilita que o professor faça ajustes no processo, potencializando-o ou diminuindo seu ritmo e utilizando as adaptações no que foi planejado. A Resolução CNE/CEB Nº 2 de setembro de 2001 traz orientações quanto aos aspectos que precisam ser levados em conta e o que precisa ser realizado por parte das escolas para que a inclusão ocorra com qualidade. Isso fica claro em seu Art. 8º que aborda o que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

- I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- II – distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que foram classificadas, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e

ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto político pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e Inter institucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em tempo menor, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96 (BRASIL, 2001).

O currículo deve ser flexível, dinâmico, aberto á adaptações curriculares, o professor deve ter o objetivo de oferecer ao aluno o pleno acesso ao conhecimento, de forma que favoreça a construção e aprendizagem do aluno, a

escola deve estimular o desenvolvimento das habilidades e competências, respeitando suas potencialidades e necessidades.

Isso nos faz reconstruir a metodologia e todo o processo de ensino, de maneira que a avaliação do meu aluno seja flexível, então quais são as maneiras, os caminhos que irei traçar para atender meus objetivos relacionados à aprendizagem valorizando o que meu aluno sabe e o que ele está construindo. Segundo o documento Saberes e Práticas da Inclusão- Recomendações para a Construção das Escolas Inclusivas:

As adequações Curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torna-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educando. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno. (MEC, 2005, p.61)

Diante de todo o envolvimento da educação nos deparamos com várias situações de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem, mesmo porque temos uma sala de aula heterogênea todos os alunos são diferentes e cada um tem suas particularidades, e precisamos identificar quais os caminhos, a didática que atenda de maneira significativa nossos alunos em todos seus aspectos educativos, sociais, psíquicos e físicos.

O professor deve primeiramente conhecer as peculiaridades de cada aluno, que as ações sejam planejadas, onde todos participem integralmente das oportunidades educacionais. As adequações curriculares têm caráter facilitador no processo de ensino-aprendizagem, por exemplo, a organização didática tem que propor conteúdos, objetivos e metodologias diversificadas, bem como o ambiente físico, os materiais didáticos, o espaço para atender às suas necessidades especiais. “[...] currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos” (BRASIL, 1998, p.33).

As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitórias – que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do

trabalho pedagógico – até situações mais complexas e/ou permanentes – que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado o acesso ao currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos (BRASIL, 2001, p. 58).

Vemos que as escolas ainda não trabalham com currículos flexíveis, ainda falta planejamento e a reformulação do currículo para ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. As práticas pedagógicas devem ser organizada de acordo com as necessidades de cada aluno, essa metodologia deve ser significativa, contextualizada, motivadora para promover o desenvolvimento dos alunos.

Qualquer aluno, para ter acesso ao currículo, necessita de recursos pedagógicos materiais e ambientais, mas os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam de recursos complementares para que sua aprendizagem seja realmente significativa, tais como fisioterapia, fonoaudiologia, entre outros e nem sempre a escola consegue oferecer tais atendimentos.

O currículo é uma proposta de ensino que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos alunos e a aprendizagem significa de uma maneira que a família seja parceira nesse processo. O currículo deve valorizar os conhecimentos prévios dos alunos contribuindo para formação integral do aluno, proporcionando o acesso à cultura e respeitando as singularidades, diferenças individuais e de grupos sociais.

Além disso, há alunos que precisam de lupa, recursos em relevo, língua de sinais e próteses auditivas para que o acesso à aprendizagem seja facilitado. Também podemos destacar outros recursos como rampas, banheiro adaptado, sinalizações no chão e mobiliário adequado, entre outros, sempre dependendo da necessidade do aluno.

Dentro das adaptações curriculares temos que pensar no Projeto Político Pedagógico, que é o ponto de referência para as práticas escolares, que norteia a maneira que a escola irá planejar as metodologias e evoluir no processo de ensino e aprendizagem, esse documento reflete a proposta educacional da escola, traz a identidade, os caminhos para ensinar, deve ser construídos por todos da escola, da família e da comunidade.

As adaptações realizadas no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar) correspondem às medidas de ajuste do currículo geral, como a organização escolar e os serviços de apoio. Essas adaptações devem proporcionar as condições estruturais para que ocorram as adaptações em sala de aula e individuais (BRASIL, 1998).

No processo ensino-aprendizagem, o professor e aluno devem estabelecer um par educativo, onde o educador deve ser o facilitador desse processo, pesquisando e inovando sempre, sendo pesquisador, promovendo avaliações diferenciadas que atendam as dificuldades dos alunos, elaborando metodologias inovadoras, motivadoras, trabalhando com ludicidade, usando jogos, brincadeiras e músicas, mostrando as crianças que são capazes de produzir, de ter autonomia, de serem cidadãos críticos.

Ensinar é dividir saberes, e aprender com os alunos ouvir o que eles tem a dizer, é possibilitar que os alunos sonhem, imaginem e criem, que produzam e respeitar que cada ser tem sua cultura, seus valores e suas limitações e que podemos ser um par educativo, ensinar não é simplesmente transferir conhecimento é construir juntos na sala de aula.

Que o professor esteja constantemente atento a seu aluno, para identificar de que conhecimentos ele já dispõe (relacionados com o tema de cada unidade de conteúdo), e que necessidades educacionais apresenta; Que o professor use de sua criatividade para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas; Que o professor use continuamente da avaliação para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar (ARANHA, 2000, p. 30).

Os professores devem tornar-se outro para construir um novo modo de pensar e agir, a escola deve sofrer modificações para receber os alunos com deficiência, tirando a responsabilidade do sujeito em se adaptar e se adequar ao paradigma dos ditos normais, onde a escola tem que se adequar aos alunos e não os alunos adequarem à escola.

2.2- Adaptações de acesso ao currículo

Carvalho (2008, p.116) define esse tipo de adaptação como as que “se referem às previsões de recursos técnicos e materiais, bem como a remoção de barreiras arquitetônicas”.

Qualquer aluno, para ter acesso ao currículo, necessita de recursos pedagógicos materiais e ambientais, mas os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam de recursos complementares para que sua aprendizagem seja realmente significativa, tais como fisioterapia, fonoaudiologia, entre outros e nem sempre a escola consegue oferecer tais atendimentos.

Isso faz com que a família busque esses serviços e a escola deve organizar os horários para que os alunos possam comparecer nos atendimentos.

Além disso, há alunos que precisam de lupa, recursos em relevo, língua de sinais e próteses auditivas para que o acesso à aprendizagem seja facilitado. Também podemos destacar outros recursos como rampas, banheiro adaptado, sinalizações no chão e mobiliário adequado, entre outros, sempre dependendo da necessidade do aluno.

Todos esses recursos visam levar à facilitação da aprendizagem e a participar das atividades de forma a atingir os objetivos educacionais, mas é preciso ter claro que somente tais recursos não são suficientes e precisam de outras adaptações que envolvem outros aspectos.

2.3- Adaptações curriculares não significativas

As adaptações curriculares podem ser de dois tipos, e devem ser utilizadas sempre que necessário pelos professores. Elas podem ser não significativas e significativas conforme a situação.

As adaptações curriculares não significativas são:

Também chamadas de inespecíficas ou de pequeno porte são as que ocorrem cotidianamente na prática pedagógica de professores que agem como profissionais da aprendizagem em vez de meros profissionais do ensino. São criativos e criam ajustes para facilitar a aprendizagem de todos. (CARVALHO

Carvalho destaca que as adaptações precisam ser feitas pela análise e planejamento peculiar do professor para que atenda as especificidades que existem naquele contexto, e por isso, não são “receitas” únicas para todas as situações:

Objetivos e de conteúdos, quando necessários, eliminação de conteúdos secundários; nas atividades de ensino-aprendizagem, envolvendo diferentes graus de complexidade, planejamento de diversas atividades para trabalhar um mesmo conteúdo, seleção e

adaptação de materiais de uso didático, estímulo às atividades de pesquisa nos arredores da escola, etc.; na metodologia, como a adequação da linguagem em nível de compreensão das crianças, preferências a métodos que favoreçam a experiência direta, a construção do conhecimento, a motivação e a transferência de aprendizagem e na avaliação, envolvendo não só o aluno como o professor, a instituição escolar, o currículo, as atividades desenvolvidas, em suma: todo o contexto de ensino-aprendizagem. (CARVALHO, 2008, p. 118).

Contudo, em muitos casos, somente algumas mudanças mais simples não bastam, e é aí que ocorrem as adaptações curriculares significativas. As adaptações curriculares necessitam ser pensadas, a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno; a partir de cada situação particular e não como propostas universais.

2.4- Adaptações curriculares significativas

As adaptações significativas são mais expressivas, “eliminando conteúdos essenciais e/ou objetivos gerais que se considerem básicos, nas diferentes áreas curriculares e a consequente modificação dos critérios de avaliação”. (CARVALHO, 2008, p. 118)

Temos como exemplos:

- a) Eliminação de objetivos básicos, mesmo que temporariamente, diante das dificuldades encontradas pelo aluno, introduzindo objetivos mais específicos;
- b) Modificações metodológicas: adoção de estratégias particulares para levar os alunos a alcançar os objetivos.
- c) Adaptações na avaliação: as técnicas e os instrumentos de avaliação devem ser diversificados e adequados às características dos alunos e não ao cumprimento integral do currículo.

É importante salientar que o professor não deve estabelecer um currículo para cada aluno, mas, fazer alterações no mesmo sempre que forem necessárias. não deve preocupar-se somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas, principalmente, ser um um facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los ao desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo como um todo.

Podemos definir as adaptações curriculares como modificações que é necessário realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos (GARRIDO LANDIVAR, 1999, p. 53).

As adaptações curriculares passa a denominar toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo, apoiando o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, respeitando as particularidades de suas etapas evolutivas; desafiando o mesmo a participar, descobrir e criar.

CAPITULO 3

3.1- O professor e as adptações para um ensino aprendizagem significativo

O professor mediador é aquele que busca ouvir as crianças, que valoriza os conhecimentos prévios, que promove a autonomia dos alunos. O professor

deve ser um facilitador, um motivador da aprendizagem, deve ser transformador despertando o interesse de aprender dos alunos, levando-os a refletir. Na verdade o professor e aluno nessa situação de mediação são mais parceiros no processo educacional, onde os pares são importantes no processo de ensino aprendizagem.

É de suma importância a mediação do professor no processo de ensino aprendizagem, relacionando teoria com a prática na busca de construir habilidades e promover a autonomia dos alunos. O professor deve se auto avaliar sempre estar revendo sua prática, se reinventando cada dia mais, hoje mesmo o cenário que estamos vivendo da pandemia do Covid-19 nos mostra quanto foi necessário o professor se refazer para poder atender aos alunos de maneira remota.

O professor pode ensinar, mas com o que é do que com aquilo que pretende ensinar seu modo de fazer as coisas implica mensagem implícita de efeitos que podem ser positivos ou negativos; se aceitam ou recusam suas atitudes e seus valores, reforça-se o interesse ou o desinteresse pelo aprendido. (2006, p 25) Para que o aluno corrija seus erros, não basta comunicar-lhe que respondeu mal ou indicar o erro, não existe efeito automático de aprendizado pela simples indicação de erros. Com frequência é preciso indicar o porquê do erro e dar informação complementar, sobre tudo em perguntas que supõem compreensão e não mera memorização. (MORALES, 2006, p 122)

O conhecimento é construído em conjunto e o professor é mediador desse processo, ele é articulador, prepara o ambiente, planeja e coordena momentos de aprendizagem em que o aluno produza e aprenda, faça a construção do seu conhecimento através de caminhos que foram proporcionados pelo professor, ele se torna o facilitador desse processo.

É fundamental que considere o fato de que o docente, quando se torna comprometido com a criança e com uma educação de qualidade, onde a criança é alvo do processo ensino-aprendizagem, e o professor tem que saber que em todos os momentos é exemplo para seus alunos, então deve estar bem atento ao que realiza dentro da sala de aula, proporcionar que o aluno tenha confiança na figura do professor, assim estabeleceram uma ótima relação que será de trocas mútuas de informações e construirão juntos a aprendizagem.

Estabelecida uma boa relação professor/aluno fica mais fácil o professor conseguir bons resultados com os alunos com deficiência, o aluno sentindo-se seguro no ambiente que está, com confiança no professor estará sujeito a desenvolver sua identidade e conhecimentos, Segundo Coll et al 2004 p.44 é:

“... O modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes”

A escola deve ter como ponto de referência para suas práticas escolares o seu projeto pedagógico, orientando e operacionalizando o currículo. Deve-se considerar que a escola flexibilize e diversifique seu funcionamento e práticas educacionais de forma a atender às diferenças individuais dos alunos, favorecendo o processo de ensino/aprendizagem. Ao se identificarem as necessidades educacionais especiais dos alunos, é possível garantir recursos e meios favoráveis que apoiem o processo educacional, possibilitando a adoção de propostas curriculares diversificadas (BRASIL, 1998).

Cada aluno é único, e quando estamos nos referindo a alunos com deficiência, o professor deve conhecer a deficiência do aluno, observá-lo, saber o que gosta, suas afinidades, suas características, estabelecer uma boa relação com a família para saber o que o aluno gosta e o que ele não gosta, deve investigar tanto a sua comorbidade, quanto sua cultura para poder desenvolver práticas educacionais que atendam seus anseios.

O correto é que a formação do professor desde a inicial elenque questões da Educação Especial, porém o que vemos é que essa questão na graduação é pouco vista e geralmente os professores se dedicam mais na pós-graduação, os professores buscam formação continuada que muitas vezes não é oferecido pela rede de ensino que estão lecionando, sendo necessário utilizarem dos recursos próprios para se qualificarem.

Diante do que foi até aqui explanado, observamos a dificuldades dos alunos em realizar atividades na área de matemática, muitas pesquisas revelam que os alunos, em geral demonstram resistência nesta matéria, e diante dessas questões como incluir os alunos com NEE dentro do contexto da matemática?

3.2 - O ensino da matemática e a inclusão

A matemática é vista pelos alunos como sendo a disciplina mais difícil na escola, muitos tem receio nas aulas de matemáticas, até veem os professores como os mais rígidos no processo de ensino Diante dessa situação é necessário reelaborar o cenário da matemática para que tenha melhor aceitação dos alunos, que se sintam mais confiante com o conteúdo.

A postura e didática do professor no ensino de matemática é fundamental, porque ele que media as relações é fundamental que ele guie o processo de aprendizado, se os alunos se sentirem acolhidos dentro da sala de

aula e o professor estabelecer uma relação de confiança o processo de aprendizagem tem mais facilidade de acontecer e concomitantemente os alunos inclusos já fazem parte desse cenário.

A escola precisa de mudanças , principalmente em relação às práticas que os professores desenvolver na sala de aula, na questão da matemática muitos professores utilizam ainda a prática tradicional, é necessário que se reveja essas práticas para que os alunos sintam-se mais atraídos e com vontade de participar da disciplina de matemática, tirando os pré-conceitos que estabelecem ao dizer que é muito difícil, que não se aprende, que somente os capacitados aprendem, voltando a uma aprendizagem que facilite a compreensão e interpretação dos alunos. A inclusão vem na perspectiva de ajudar todos os alunos não somente os que têm deficiência.

(...) faz-se necessária uma mudança profunda na Educação que está pautada no método tradicional de ensino, no sentido de incentivar a aprendizagem, criando-se um ambiente propício onde o aluno possa realizar suas atividades e construir o seu conhecimento. Estas mudanças implicam também alterações que envolvem currículos, postura e papel do professor e do aluno e o desenvolvimento de novos instrumentos, estratégias ou metodologias. (SCHLÜNZEN, 2000, p. 50)

Para Miguel e Miorim (2004, p.70), a finalidade da Educação matemática é fazer o estudante compreender e se apropriar da própria Matemática “concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos etc.” Sendo assim o importante é o aluno compreender a matemática para poder utilizar ela no seu dia-a-dia, nas situações cotidianas, o aluno entender que usa matemática ao fazer um bolo, ao comer uma pizza, ao dividir uma bala com colega na escola, ao jogar futebol, á todos momentos de nossa vida estamos envolvidos na matemática.

A matemática é essencial em nossas vidas, então o professor tem que buscar fazer com que esse ensino seja produtivo, prazeroso para tirar essa aversão a matemática, o professor pode criar suas próprias práticas e diversificar suas aulas.

[...] o ensino de Matemática, assim como todo ensino, contribui (ou não) para as transformações sociais não apenas através da socialização (em si mesma) do conteúdo matemático, mas também através de uma dimensão política que é intrínseca a essa socialização.

Trata-se da dimensão política contida na própria relação entre o conteúdo matemático e a forma de sua transmissão-assimilação (DUARTE, 1987, P.78).

O professor deve estimular a soluções de problemas dos alunos, levantando questões que fazem parte do dia a dia do aluno, utilizar aulas lúdicas, através de jogos e oficinas que façam os alunos a se identificarem com a disciplina.

A disciplina de matemática incorpora sentidos abstratos e concretos talvez talvez a parte da abstração seja a grande dificuldade para os alunos, ou até mesmo a maneira como o professor proporciona o momento de aprendizagem é necessário estratégias de ensino que incluam os alunos com deficiência para que façam parte do contexto escolar.

A matemática é totalmente ligada a realidade de cada aluno e o professor pode desenvolver práticas que o conteúdo se aproxime do cotidiano do discente, muitos alunos apresentam dificuldades na matemática provocando forte rejeição da disciplina.

O mundo atual é rapidamente mutável, a escola como os educadores devem estar em continuo estado de alerta para adaptar-se ao ensino, seja em conteúdos como a metodologia, a evolução dessas mudanças que afetam tantas condições materiais de vida como do espírito com que os indivíduos se adaptam a tais mudanças. Em caso contrário, se a escola e os educadores descuidarem e se manterem estáticos ou com movimento vagaroso em comparação com a velocidade externa, origina-se um afastamento entre a escola e a realidade ambiental, que faz com que os alunos se sintam pouco atraída pelas atividades de aula e busquem adquirir por meio de uma educação informal os conhecimentos que consideram necessários para compreender a sua maneira no mundo externo.(PARRA,1993, p. 11)

O professor deve estar sempre em formação continua, pesquisando e inovando porque o mundo está em constante evolução, muitas vezes se preocupa muito com o conteúdo que a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular traz de referência para se trabalhar em sala de aula e essa atenção voltada para o conteúdo acaba dificultando o olhar que o professor deve ter para os alunos inclusos, que são práticas diversificadas que proporcione uma aprendizagem significativa. PARRA (1996, p. 16) afirma: “É preciso decidir a respeito dos conteúdos e também sobre a metodologia

mais conveniente, para suprir em compensação muitos temas costumeiros que tem continuado a fazer parte dos programas, mas que hoje são inúteis”

Os docentes devem valorizar o conhecimento prévio dos alunos, conhecer a realidade de cada um, as dificuldades, as limitações e especificidades, realizar uma sondagem da sala, se a turma tem aversão em matemática, se eles são participativos. É importante trabalhar diferentes práticas com os alunos que envolva jogos, brincadeiras e experiências onde o aluno seja protagonista no processo de ensino.

É muito comum observarmos nos estudantes o desinteresse pela matemática, o medo da avaliação, pode ser contribuído, em alguns casos, por professores e pais para que esse preconceito se acentue. Os professores na maioria dos casos se preocupam muito mais em cumprir um determinado programa de ensino do que em levantar as idéias prévias dos alunos sobre um determinado assunto. Os pais revelam aos filhos a dificuldade que também tinham em aprender matemática, ou até mesmo escolheram uma área para sua formação profissional que não utilizasse matemática. (VITTI, 1999, p. 32 /33)

Em muitas escolas os professores usam a disciplina de matemática como punição, se a turma é indisciplina, não tem bom comportamento o professor realiza uma prova complexa, atividades complicadas e práticas bancárias. O professor deve ter uma metodologia que valorize seu aluno, com práticas lúdicas, diversificadas que proporcione a autonomia, o raciocínio lógico, a criatividade e resolvendo situações problemas.

A socialização dos alunos é de suma importância para as atividades em sala de aula em grupo, os conteúdos de matemática se trabalhados de maneira prazerosa, com alternativas lúdicas, que aumentam a concentração, raciocínio, atenção, motivação e o principal a afeição a matemática. “A escola teria de repensar seu ensino não para funcionar somente dentro de seus muros, mas para ultrapassá-los e possibilitar aos seus alunos a continuidade de sua aprendizagem sem a presença do professor”. (BRASIL, 2006, p. 49)

No âmbito escolar todos devem estar envolvidos no processo de ensino aprendizagem, a organização do ambiente é de suma importância, onde não seja uma sala carregada de informações valorizando a realidade que o aluno está inserido significa fazer uma contextualização do que o

aluno aprende na escola e em seu cotidiano, isso traz transformações de idéias de conceitos.

É importante que estimule os alunos a buscar explicações e finalidades para as coisas, discutindo questões relativas à utilidade da Matemática, como ela foi construída, como pode construir para a solução tanto de problemas do cotidiano como de problemas ligados à investigação científica. Desse modo, o aluno pode identificar os conhecimentos matemáticos como meios que o auxiliam a compreender e atuar no mundo. (PCN's,1998, p. 62/63).

O papel do professor é de suma importância no processo de aprendizagem do aluno, é fundamental porque é ele que media essa relação que desperta interesse pelo que está sendo trabalhado em sala de aula, por isso, a didática do docente é primordial o seu planejamento a organização utilizando a ludicidade, a organização utilizando a ludicidade inserindo música, experimentos, história em quadrinhos, teatro, filmes e situações problemas.

Dentro da escola inclusiva deve haver a flexibilização curricular, o planejamento adaptado, parceria entre a equipe escolar para construção do processo de ensino aprendizagem, em algumas práticas observadas de professores podemos analisar que ainda cobram a memorização que não faz sentido para o aluno pois não há internalização, compreensão do conteúdo estudado.

O currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Tal diversidade não deve ser entendida no sentido de que cada aluno poderia aprender coisas diferentes, mas sim de diferentes maneiras ... (PASTOR. 1995 p. 142-14).

O currículo tem que ser adaptado flexível, tem que relatar a experiência que contemple as situações individuais e coletiva, que reflita a realidade da escola elementos culturais, histórico onde o aluno seja protagonista , ativo e participativo no processo de ensino aprendizagem. O currículo é o reflexo da escola deve ser bem planejado com um olhar para os alunos inclusos , que se reformule a cada situação onde demonstre um cenário em que todos participem de maneira ativa na sala de aula.

Ao professor deverá ser assegurado o suporte necessário para que

em sala de aula possa disponibilizar de todos os meios, métodos, técnicas e recursos a fim de garantir aos alunos inclusos, todas as possibilidades para o seu desenvolvimento no ensino de matemática. O currículo é percurso de busca que deve ser sempre questionado e reavaliado. No artigo 7º da mesma Declaração, lê-se a seguinte afirmação:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem a assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades. Na verdade existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (1994).

A escola deve pensar em um currículo para a escola inclusiva, onde estejam implícitas as estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às necessidades particulares de cada um. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica.

É fundamental que se proporcione atividades educativas e indique estratégias aos educadores para o desenvolvimento de habilidades funcionais e conhecimentos que são importantes para tornar os alunos inclusos independentes e produtivos, conforme suas possibilidades na vida escolar, familiar e social.

A Base Nacional Curricular Comum (2017, p. 15) enfatiza que cabe aos professores:

Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.

Os sistemas escolares, as escolas e os profissionais da educação tem a necessidade de uma organização de ensino que tenha como referência a construção de aprendizagens significativas para o desenvolvimento dos alunos e o exercício consciente da cidadania pela coletividade. Segundo DE LA TORRE (1993, p.138) o modelo holístico do

currículo, agrupa os diferentes conceitos curriculares em três dimensões: reflexão, estratégias e ação, que correspondem às três dimensões da estrutura curricular: projeto, processo e ação, com uma clara interdependência entre elas.

Considerações Finais

Diante dos estudos realizados é vimos que é fundamental a mudança de atitude do professor. As legislações e as políticas para a Educação Especial nos mostram que o professor deve ser inclusivo, ou seja, normatiza como deve ser essa inclusão de modo que o professor deve ser aquele que relacione teoria com a prática, que valorize a realidade e o conhecimento prévio dos alunos e relacione os conteúdos matemáticos com a situações do dia-a dia dos mesmos sempre que possível.

É fundamental desenvolver nos estudantes o senso crítico, reflexivo e participativo no processo de ensino e aprendizagem, bem como o senso de responsabilidade social, de solidariedade e empatia para com as diferenças. O professor nesse contexto deve inovar, pesquisar, mediar os

saberes, e sempre com um olhar transformador que considere os alunos com necessidades educacionais especiais em todos os momentos da aula.

Na inclusão, a relação professor/aluno é o caminho para desenvolver a aprendizagem dentro do âmbito escolar, e a conexão desses pares- alunos e professor; alunos e alunos- deve acontecer de maneira em que todos cooperarão e atuarão com os conteúdos, onde o docente desperte a curiosidade, o prazer, a pesquisa, motivação e a compreensão dos alunos.

A prática do docente para ser relevante deve ser alicerçada na formação teórica e na reflexão para que o professor possa ser mediador, compartilhar saberes e momentos prazerosos na realização das atividades, pensar em um currículo flexível e um planejamento que atenda as especificidades dos alunos.

Na educação inclusiva o professor cria oportunidades de ensino, desenvolve estratégias, explora as potencialidades de cada aluno avaliando processualmente e sob diferentes instrumentos os alunos.

As legislações, diretrizes, as normas que regem a Educação Nacional devem ser conhecidas e postas em prática na escolarização de maneira que todos sejam de fato atendidos e beneficiados por elas.

Incluir, como vimos, é ensinar os alunos no mesmo contexto por meio de atividades desafiadoras e adaptadas onde a teoria e a prática sejam sempre articuladas.

Referências

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000.

BRASIL, Constituição da República Federativa: **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 41ª ed. Atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. Coleção Saraiva de legislação.

BRASIL [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)] **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei 9.396/96 e legislação correlata/ Coordenação André Arruda. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11/09/01. Disponível: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/cne/ceb2/2001- Diário oficial da União. Acesso em: 04, MAI 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Elder. O Direito de Ter Direito. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

_____. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. Removendo barreira para aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Ministério da Educação. Brasília. Distrito Federal. Dezembro de 2017.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990. **Convenção dos Direitos da Criança.** Disponível: www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm. Acesso em 14/09/09.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, disponível em: www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em 11, Mai 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Windows Internet Explorer.** Disponível em: http://www.dgidc.min_edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/declaracao.salamanca.doc. Acesso em 11, Mai 2020.

DECLARAÇÃO MUNDIAL sobre Educação para todos. **Formato do arquivo:PDF/AdobeAcrobat.** Disponível em Unesdoc.unesco.org/images/008/000862/086291por.pdf-similares. Acesso em 14, Mai 2020.

DUARTE,N.O compromisso político do educador no ensino da matemática: In:DUARTE,N.; OLIVEIRA, B. Socialização do saber escolar. São Paulo: Cortez,p. 15,1987.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

_____. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/622>>. Acesso em: 14 de Mai de 2020.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: O que é como se faz**. 7. ed. São Paulo: Loyola. 2008.

PCN - **Parâmetros curriculares nacionais: Matemática/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF. 1998. 148p.**

PARRA, C. SAIZ, I. **Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógica**. Porto Alegre, Artmed (Artes Médicas). 1996. 258p.

PASTOR, G. C. **Uma Escolea Comum para Ninos Diferentes: La Integracion Escolar**. Barcelona: EUB, 2 ed revisada e atualizada, 1995.

PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA AS PESSOAS DEFICIENTES. Disponível: <http://www.cvi-maringa.org.br>. Acesso em 14, Mai,2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

_____. Inclusão: paradigma do século 21. **Inclusão Revista da Educação Especial**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, v.1, n.1, p. 22-23, 14 out. 2005.

STOBAÜS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (Orgs.) **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. 3. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

VYGOTSKY apud GOMES. **A formação Social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** [S.l.]: São Paulo, Martins Fontes, 1989. p. 97.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e métodos em psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996

VITTI, C. M. **Matemática com prazer, a partir da história e da geometria.** 2ª Ed. Piracicaba – São Paulo. Editora UNIMEP. 1999.